

A natureza na cidade

Wendel Henrique

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85-232-0615-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE II

**A NATUREZA NA CIDADE E SUA
APROPRIAÇÃO PELOS EMPREENDIMENTOS
IMOBILIÁRIOS**

VI - A NATUREZA NA CIDADE

Uma cidade!

É o domínio do homem sobre a natureza. É uma ação humana contra a natureza, um organismo humano de proteção e de trabalho. É uma criação. A poesia é ato humano – relações harmoniosas entre imagens perceptíveis. A poesia da natureza é, exatamente, apenas uma construção do espírito. A cidade é uma imagem poderosa que aciona nosso espírito. Por que a cidade não seria, ainda hoje, uma fonte de poesia?

Le Corbusier, 2000

A cidade, seu espaço e suas relações com a natureza, tem suscitado muitas observações contraditórias ou convergentes, pessimistas ou otimistas que merecem uma reflexão.

O momento histórico atual pode ser considerado como o período das cidades, e, de acordo com Robert Park (1936 *apud* HARVEY, 1973, p. 195), a cidade é o *habitat* natural do homem civilizado. Léfebvre (1969), afirma que o urbano agora domina a sociedade industrial. Para Harvey (1973), a cidade é um grande sistema, um grande recurso, é até mesmo uma negação da natureza, uma vez que, se trata em grande parte de algo feito pelo homem. “Despindo a roupa da Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe a ideia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem” (SANTOS, 1994, p. 82). Na mesma direção Sergio Buarque de Holanda (1969, p. 61) coloca que a moradia nas cidades é completamente antinatural, na medida em que é o resultado de um processo mental e intencional dos grupos humanos em oposição a vida em natureza. Completa ainda que “para muitas nações conquistadoras dos territórios no Novo

Mundo, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram” Holanda (1969, p. 61).

O cotidiano da grande cidade faz com que, para Rodrigues (2001), a natureza seja vista como fonte de “recuperação das energias”. Mesmo nesta proximidade da natureza, como forma de “renovação” na vida estressante e rápida da cidade, muitos elementos da natureza precisam ser apagados, mascarados e escondidos. Rios e outros corpos d’água são canalizados e avenidas são construídas nos fundos dos vales, pensando-se apenas na fluidez do trânsito. As áreas verdes são substituídas por áreas densamente edificadas¹¹⁶.

Nas cidades, num primeiro momento, a natureza apresentava-se como um elemento estético. Era uma forma dada que caracteriza a paisagem urbana. A natureza também colocava uma necessidade de adaptação por parte da cidade, como no caso do Rio de Janeiro e seus “pães-de-açúcar” e morros; ou Salvador e seu plano de falha que corta a cidade em dois patamares, como mostra Santos (1965).

Analisando as relações entre a cidade, a montanha e a floresta no Rio de Janeiro, Abreu (1992) apresenta uma interessante análise das relações entre a cidade e a natureza no Brasil. Na sua apresentação, o autor (*op.cit.*), afirma que, no Rio de Janeiro, a sociedade e a natureza formam um todo indissociável e difícil de ser separado. No caso da floresta urbana da Tijuca, ela “é ao mesmo tempo natureza e história, ou melhor, é natureza com história”, em função do processo de reflorestamento da área no século XIX, como uma forma de garantir o abastecimento de água na cidade que sofria com a escassez hídrica ocasionada pela secagem de várias nascentes na Tijuca com a substituição da vegetação nativa pelo cultivo do café.

Infelizmente, a natureza na cidade, cujo elemento caracterizador será a vegetação, está confinada no desenho urbano a uma espécie de metonímia da natureza. Uma natureza racionalizada (em diferentes gradações), uma natureza construída, não uma representação direta da natureza, mas sim um modelo de natureza historicamente construído pela técnica, pela ciência, pela cultura, pela prática e pela ideologia.

A natureza se insere na cidade através dos jardins e praças, lugares para reis e nobres, para a aristocracia e burguesia. Só recentemente a população urbana se encontrará com a natureza na cidade através dos jardins e parques públicos, mas ainda pouco acessíveis para todos. A disposição destes jardins e parques públicos no espaço intra-urbano atende as lógicas da especulação imobiliária e da renda. Mesmo cidades brasileiras com áreas verdes consideráveis apresentam uma concentração destas áreas nos bairros nobres. Na maioria dos bairros da periferia social e de ocupação popular, altamente adensados, são inexistentes áreas públicas verdes e de lazer¹¹⁷.

Se no senso comum e em algumas correntes epistemológicas, a natureza se opõe à cultura e à história, o que se vê nas cidades hoje é exatamente o contrário. A natureza se insere na cidade como produto da história, da evolução das ideias e conceitos que foram sendo criados, da história das técnicas e da cultura consumista que se estabelece.

Segundo Capel (2002), as primeiras formas de incorporação da natureza à cidade remetem ao início das aglomerações humanas, como em Susa (3000 a.C.), onde os bosques sagrados já faziam parte integrante dos templos. Nas primeiras cidades, a natureza estava atrelada às questões de ordem religiosa e não apenas estética, e remetiam a uma ideia de paraíso terreno. Já em Roma e na Grécia foram desenvolvidas, respectivamente, formas de integração entre a natureza e a arquitetura urbana, valorizando os aspectos estéticos, como a arte da topiaria (desenho de figuras sobre uma base vegetal) e a construção de jardins integrados aos edifícios.

Na Idade Média, os jardins¹¹⁸ transformam-se em hortas nos conventos e mosteiros. Como escreve Capel (2002), em Florença, no século XIV, havia um jardim (horta) no centro da cidade escondido por muralhas. Este referido horto (jardim + horta) teve grande influência na estruturação do espaço urbano, refletindo-se na nomenclatura das vias de circulação, como as vias del'Orto ou dell'Ortone.

No Renascimento retomam-se os ideais humanistas, materializados em uma imitação da natureza nos jardins. Desenvolvem-se as ideias da tranquilidade do campo dentro das cidades. Entretanto, apesar de se buscar a simplicidade da natureza, os homens do Renascimento acabam por aumentar a artificialidade e a complexidade da natureza na cidade, criando e revalorizando novas formas de incorporação da natureza.

DO JARDIM FORMAL AO JARDIM INGLÊS – A NATUREZA TOMA SEU LUGAR NA CIDADE

O Renascimento marca uma remodelação geral das cidades européias, até então marcadas por um desenho urbano medieval. Este “planejamento urbano”, na Idade Moderna tinha como objetivo ordenar as intervenções urbanas, racionalizando o espaço urbano “caótico” das vielas estreitas e do adensamento das construções. Por racionalização do plano urbano compreende-se a substituição das linhas curvas do traçado das cidades pelo desenho retilíneo¹¹⁹.

Segundo Capel (2002), foi Leon Battista Alberti, em sua obra *De Re Aedificatoria* (*A Arte de Edificar*), quem difundiu a utilização da vegetação com apelo estético nas cidades européias do início do século XVI. Repetia-se constantemente em várias

idades o modelo do Belvedere de Bramante, de 1503, com um palácio situado ao pé de terraços, rampas e escadas simétricas numa forma cenográfica articulada em patamares. O jardim se converte numa construção. A arquitetura supera a natureza; e o agradável (bello) supera o útil¹²⁰.

A nobreza européia que se enriquecia, incentivava a criação de parques, que eram, segundo Segawa (1996), bosques cercados para a caça. Estes parques anexos às propriedades foram sendo incorporados aos padrões estéticos da burguesia – como sinônimo de valorização econômica e símbolo de *status*. Em Antuérpia, 1569, surge a primeira praça com árvores na Europa (Place Verte ou Groenplaats), ao lado de uma catedral. Ainda neste momento, a valorização imobiliária do entorno da praça se dava em função da igreja e não pelas árvores (o plantio de árvores ainda não havia se popularizado nas cidades européias)¹²¹.

A natureza na cidade brasileira apresenta algumas particularidades, oriundas desde sua fundação pelos portugueses, com grandes diferenças entre as cidades criadas em outras partes da América¹²². Em uma abordagem largamente difundida nos estudos sobre as cidades construídas nas Américas por espanhóis¹²³ e portugueses, Holanda (1969, p. 62), alertava que o desenho das cidades das áreas de ocupação Espanhola demonstra uma característica de superação das imposições do sítio, levando a construção de ruas e formas de ocupação que evidenciavam o esforço na retificação dos arruamentos e na terraplanagem do terreno, “as ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo, impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta”. Já a colonização portuguesa não seguia estas normas e as cidades acabam por se acomodar de acordo com o sítio, afirmando que a “cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem.” (p. 76)¹²⁴

Já na Europa, com os descobrimentos de novas terras, os jardins botânicos passam a exibir espécies exóticas do Novo Mundo. Desenvolvem-se, desta maneira, os conhecimentos naturalistas e da botânica, através da aclimação e cruzamentos de espécies (novamente a ação do homem na melhora da natureza). A natureza na cidade, materializada nos jardins, transforma-se em lugar de exibição, em uma espécie de museu. Os jardins transformam-se em jardins botânicos¹²⁵.

Os jardins, cada vez mais elaborados e organizados, tornam-se lugares de ostentação e riqueza, em detrimento das ideias de simplicidade e de rusticidade. Segundo Capel (2002), os jardins urbanos consagram o triunfo da arte e do artifício sobre a natureza¹²⁶.

Os jardins urbanos também se tornam lugares privilegiados nos desenhos dos planos urbanos. O plano urbano ortogonal e a geometria cartesiana marcam a

geometrização da natureza na cidade. Desenhando e construindo jardins, os arquitetos foram se atrevendo a moldar e transformar a natureza de forma cada vez mais ousada. Se constroem os jardins barrocos, nos quais se corrige e embeleza a natureza e, usando a geometria, a retifica para produzir efeitos surpreendentes¹²⁷.

Nas cidades, os jardins também passam a se aproximar das casas. De acordo com Capel (2002), na Veneza do século XVI, configuram-se as *villas* italianas, que marcavam uma primeira forma de “cidade verde”, com a valorização de uma vida urbana que simulava uma vida campestre. Tais “*villas*” tornam-se moda e, posteriormente, lugares de refúgio da nobreza veneziana.

No século XVII, os jardins urbanos e seus entornos convertem-se em parques, com predomínio das árvores plantadas regularmente de maneira ortogonal. Nas áreas anexas aos palácios, como Versalhes, a natureza ortogonal e controlada representa o ápice do conhecimento botânico e estético da época, refletindo uma construção total da natureza (jardins) em função da imaginação e criatividade humana, conforme escreve Capel (2002). O jardim francês é a forma máxima da expressão humana geometrizada, à qual está submetida à natureza na cidade. Segundo Capel (2002), a mensagem de que a natureza está subjugada pela arte é expressa através do desenho de jardins. A remoção de terras, as obras hidráulicas e os desafios aos climas, através das “*orangeries*” ou estufas, entre outros trabalhos, mostram de forma eminente o poder do homem. É a culminação de séculos de evolução¹²⁸.



Jardins de Versalhes. Destaque para as formas geométricas do jardim.

O jardim formal, ou francês, expressa o poder sobre a natureza e também o poder político absolutista. Na construção dos jardins as formas geométricas seriam superiores àquelas deixadas no seu curso natural. Nestes jardins predominam as linhas retas, com desenho ortogonal e algumas diagonais. Até os lagos seguem um modelo geométrico simétrico. As árvores e os arbustos também são modelados/podados em volumes geométricos, reforçando a arte da topiaria e o modelamento da vegetação aos caprichos e vontades dos homens.

Como os jardins reais e aristocráticos passam a ser moda na Europa Ocidental, cria-se uma necessidade de aumento destes espaços nas cidades. Os jardins passam a ser lugares de passeio e de encontro. Tornam-se locais para a comparação e competição social entre as pessoas, bem como para “desfiles de moda e poder”¹²⁹. Acentua-se o caráter de poder social do jardim na cidade¹³⁰.

Os jardins urbanos, passeios públicos e parques – “salões de festa” fora dos palácios – incorporam-se ao planejamento urbano e tornam-se uma constante nos planos de melhoria urbana, como na região do Champs Elysées¹³¹, em Paris.

Nos limites das cidades, em razão da disponibilidade de terrenos, construíram-se passeios arborizados, com jardins e edificações para abrigar salões de festas. Por iniciativa dos poderes públicos, estas áreas se configuraram, em muitas ocasiões, como estímulos à expansão urbana, tornando necessária a quebra dos limites impostos pelas antigas muralhas.

Além do “Champs Elysées” de Paris, pode-se citar o “Parque del Prado”, em Madri, criado em 1780, nos limites da cidade, que consistia num conjunto de Passeio-Salão – Boulevard-Gabinete de História Natural e o Jardim Botânico. Também começa, no século XVIII, a abertura dos parques reais para a população, estes localizados geralmente no centro das cidades. Munford (1998) cita: o St. James e o Green Park em Londres; as Tulherias em Paris; o Tiergarten em Berlim.

No âmbito filosófico, as ideias do Iluminismo (século XVIII) tiveram desdobramentos na criação destes parques e espaços verdes urbanos. A natureza na cidade reafirma-se como um elemento estético. Os plantios de árvores nas cidades seriam de grande utilidade, mesmo com aqueles tipos de vegetação com função apenas decorativa. Segundo Jovellanos (1782, *apud* CAPEL, 2002) as árvores também poderiam ter uma função recreativa, e seu plantio nas bordas dos caminhos, nos parques e nas vias das cidades, seria de grande beleza cênica. Era necessário, portanto, que se iniciassem imensos plantios de árvores nas cidades.

Estes imensos plantios de árvores nos espaços urbanos não seriam possíveis sem os avanços da botânica na aclimação de espécies exóticas e no desenvolvimento de novas plantas mais adaptadas às características das cidades. As formas

urbanas e os edifícios passam a incorporar estes ideais de melhoria, correção e transformação da natureza.



Bairro residencial de Barcelona, cidade com grande arborização urbana fruto de iniciativas empreendidas em meados do século XIX.

Nas cidades do século XIX, o jardim formal começa a sofrer a concorrência com a construção de jardins que buscavam a imitação da natureza, os jardins ingleses. Enquanto o jardim formal francês privilegiava a geometria e a subordinação da natureza às formas, o jardim inglês pregava a ideia da natureza em estado puro e livre.

Estas duas visões da natureza na cidade, de acordo com Capel (2002), estarão ligadas diretamente aos embates entre duas visões de mundo. De um lado o cartesianismo francês e de outro o pragmatismo e empirismo inglês. O jardim francês na cidade era a materialização do poder absolutista da monarquia. Já o jardim inglês, na cidade, irá concretizar as ideias da liberdade e democracia, bem como do liberalismo econômico.

O jardim inglês exaltar a natureza não contaminada pelo homem, uma natureza em estado natural, vai representar a valorização dos ideais gregos. Ocorre uma (re)naturalização do jardim em linhas curvas, buscando uma simplicidade e nostalgia de um passado épico. A elaboração dos jardins em estilo inglês pressupõe uma

atitude menos dominadora perante a natureza, ou seja, constrói-se um espaço que parece ser natural.

A natureza do jardim inglês é uma natureza idealizada a partir da eleição de elementos do seu conjunto que irão representar o todo. Serão operadas correções em aspectos “feios” dos elementos desta natureza idealizada. Nos parques urbanos serão construídos lagos e grutas com linhas curvas. Estas formas constituem-se em um simulacro da natureza primeira, que há muito deixou de existir. O jardim inglês é a materialização de um conceito de beleza estética e uma representação cultural estética e ideologicamente definida. Como todo jardim, trata-se de um espaço modelado pela ação humana, mas vinculado à ideia romântica da natureza intocada¹³².

A criação dos jardins em estilo inglês trouxe à cidade uma valorização da paisagem rural e a construção de casas que mais pareciam casas de campo. Estas casas que se proliferam eram sempre baseadas em um *parc* ou *park*¹³³. Tais *casas-park* eram acima de tudo lugares de “prestígio e privilégio” da burguesia e nobreza inglesas e buscavam ser o elo entre as virtudes do campo e a vida social da cidade. Resgatavam-se ideais como a valorização da caça e a importância dos bosques e dos rios nas propriedades. As propriedades menores, que também buscavam demonstrar esta inspiração bucólica, introduziram o *garden* (jardim) em seu nome.

No Brasil, é criado no século XVIII, mais precisamente em 1783, o Passeio Público do Rio de Janeiro. O jardim passa a ser um importante elemento na vida social da cidade, recebendo constantes melhoramentos e monumentos imponentes. O Passeio Público se configuraria como um monumento à vegetação e à natureza na visão de Segawa (1996), mas também ao poder da burguesia e nobreza carioca, uma vez que se tornou rapidamente o lugar de passeio e exibição destas camadas da população.

Entretanto, a natureza tropical sem manutenção retoma rapidamente sua ‘selvageria’. No século XIX, a falta de público, devido à concorrência com outras áreas verdes do Rio Janeiro, faz com que o Passeio Público entre em decadência e o dinheiro para sua manutenção acabe. Escreve o prussiano Lydwig von Rango (1819 *apud* SEGAWA, 1996, p. 99) que

tudo o que a natureza faz por este país é magnificante, por isto parece tanto mais pobre o que o homem criou. Estou vindo do Passeio Público, o único em todo o Rio. Que Deus tenha misericórdia! Nem um caminho seco em todo o jardim [...] Realmente uma lástima, um lugar tão bonito e bem arborizado, que se poderia tornar realmente belo com pequeno custo. Mas assim é tudo aqui. Nada se faz com cuidado, tudo se deixa largado à lei da natureza.

No Rio de Janeiro, a vegetação dos morros que circundam a cidade é uma “natureza avassaladora”, onde a falta de técnicas e seu constante controle são um entrave à sua domesticação.

Sobre a natureza no entorno das cidades brasileiras, escreve a inglesa Maria Graham (1821, *Diário de uma Viagem ao Brasil*, apud SEGAWA, 1996, p. 75) que

os cafezais são os únicos terrenos cultivados na redondeza e são intercalados tão densamente com laranjeiras, limoeiros e outros arbustos, que parecem antes uma variedade das matas do que a mescla de terreno cultivado com o terreno selvagem, que seria de esperar tão perto de uma grande cidade, onde contamos ver o trabalho humano aplicando-se razoavelmente sobre a beleza rude da natureza. Mas aqui a vegetação é tão exuberante que até as árvores podadas e tratadas crescem como se fossem na floresta.

A autora ainda fala que a natureza mantida “selvagem” tira metade do seu encanto.

Não basta uma moda de jardim para mudar o desenho do espaço urbano. Para que isto se implemente definitivamente, é preciso que se crie um sistema de ideias que permita esta constante remodelação. Não se pode mais tratar o espaço com a rigidez dos tempos passados e valorizar menos a história dos lugares com a destruição de sítios antigos.

A NATUREZA NA CIDADE COMO ATRATIVO IMOBILIÁRIO

No século XIX inicia-se um movimento mais intenso de associação entre a natureza na cidade e a especulação imobiliária, com a construção de jardins e parques pelos agentes imobiliários tendo como objetivo a valorização dos loteamentos e das edificações construídas no entorno. A natureza na cidade passa a ser uma “isca” ou uma imagem/símbolo para atrair os compradores, em um momento de grande valorização da natureza na cidade, quer seja por motivos estéticos (os passeios e a exibição de poder) ou por razões higienistas¹³⁴ (de saneamento da cidade cada vez mais poluída pelas indústrias).

Neste momento da história das relações entre a cidade e a natureza, Reclus (1886) coloca duas formas de apropriação da natureza pelos empreendimentos imobiliários: uma direta e outra indireta. A apropriação direta da natureza, cada vez mais artificial, se dá, como exemplo, nas áreas costeiras, nos “pitorescos penhas-

cos” e nas “praias charmosas” que tem seu uso e acessos monopolizados pelos proprietários destas áreas, chamados por Reclus de “invejosos”, bem como pelos agentes especulativos da terra que “apreciam a beleza da natureza” da mesma forma que um cambista aprecia uma barra de ouro, ou seja, apenas como forma de realização monetária. A apropriação direta da natureza está presente também nas áreas de lagos, montanhas e demais paisagens valorizadas, em um determinado momento, fazendo que a natureza, materializada na paisagem, se torne propriedade privada, negando o caráter coletivo da produção e incorporação da natureza na vida social¹³⁵. Já a maneira de apropriação indireta da natureza dá-se na forma de sua utilização para a venda de produtos. Segundo Reclus (1886), prédios e propagandas ocupam áreas de grande beleza paisagística natural como formas de venda de mercadorias, produtos e serviços.

Na associação entre especulação imobiliária e a natureza, os incorporadores se apropriam de todos os locais charmosos e belos, dividindo-os em lotes retangulares, enclausurando os mesmos em muralhas uniformes onde são construídos mansões e casarões pretensivos. Para os que passeiam pelos caminhos e trilhas, nestes pretensos espaços de campos, a natureza não é mais do que representada por arbustos talhados e amontoados de flores que são entrevistadas através das grades (RECLUS, 2002).

Será em Londres que primeiro se observará estes processos de apropriação e vinculação do mercado imobiliário de terras urbanas com o processo de valorização imobiliária a partir de uma associação com uma ideia de natureza. No início do século XIX a transformação das terras do Royal Marylebone Park num parque urbano – o Regent’s Park. Todo o modelamento e estruturação deste parque que foi financiado pelas empresas imobiliárias londrinas, cujo objetivo era a construção de casas no entorno deste novo parque. Casas com vistas e terraços e “villas” para pessoas ricas. A ideia era que a venda das casas nas proximidades do parque pagaria os investimentos gastos no Regent’s Parks. Segundo Munford (1998), na área do atual Regent’s Park, que antigamente pertencia à Igreja Mary-le-Bow, estava sendo prevista a construção de um cemitério. Entretanto, o crescimento da cidade e a possibilidade de realização de lucros prevaleceram sobre o uso que se daria à área, que foi, portanto, loteada. “Quando a Coroa planejou o Regent’s Park de Londres, o próprio parque foi abertamente considerado um artifício para aumentar o valor dos terrenos de propriedades vizinhas, pertencentes à Coroa Real.” (p. 414)

Isto num momento de crescimento das cidades e enriquecimento de uma parcela da população urbana, que comprava terras, construía vilas e casas com jardins, aquecendo o mercado imobiliário que soube aproveitar esta demanda pelo contato com a natureza na cidade. Deve ser lembrado que as cidades euro-

péias viviam uma acelerada industrialização e a poluição atmosférica era uma constante. A ideia do verde na proximidade das casas trazia um alívio contra esta poluição.

A apropriação da natureza, uma apropriação da apreciação estética da natureza, constitui-se em uma salvaguarda das suas belezas como forma de agregação de valor a uma propriedade privada. Cria-se uma diferenciação espacial da natureza na cidade de acordo com a estratificação social. Nos centros urbanos e nos bairros nobres o que se via era uma natureza trabalhada e bem cuidada – tanto no jardim inglês quanto no francês, um lugar para passeio e exibição, um lugar de prestígio. Nas periferias, ainda no modelo clássico de periferia pobre, a natureza bruta e ainda “não controlada”, fazia-se presente, trazendo enchentes, inundações, doenças e frio¹³⁶.

Desenvolvem-se tentativas de saneamento desta natureza bruta para evitar a contaminação e a proliferação de doenças na população. Na Alemanha aparecem as primeiras tentativas de popularização dos parques e jardins da cidade, dando origem aos *Volksparken* (parques populares).

Segundo Capel (2002) o conceito de parque público também surgiu como resposta para os problemas sanitários das cidades industriais europeias, fixando a ideia da necessidade dos parques e jardins nas cidades europeias do século XIX. Na reforma de Paris por Georges Haussmann, entre 1853-1870, foram adaptados 1.934 hectares de áreas verdes na cidade por motivos estéticos e sanitários, como na criação de parques periféricos.

Neste movimento foi criado o *Bois de Boulogne*, cuja área foi doada a cidade por um empreendedor imobiliário, que era proprietário das terras do entorno do parque. As colinas e lagos artificiais, construídos seguindo o modelo inglês, tornaram o lugar numa área de sucesso junto à alta burguesia e aristocracia parisiense. Logo entrou “na moda”, valorizando imensamente o seu entorno (para reforçar, do mesmo proprietário das terras doadas para a construção do parque), que foi vendida como “o céu para os ricos”¹³⁷. Do lado oposto à cidade de Paris foi criado o *Bois de Vincennes*, destinado a ser o parque das camadas populares. Entretanto, como as classes populares trabalhavam em média 12 horas por dia, não tinham tempo livre para frequentar estes parques.

Outro plano de reforma urbana importante para visualizar o papel que a natureza na cidade teve foi o desenvolvido por Idelfonso Cerdá, na Reforma de Barcelona em 1859. O objetivo era dar viabilidade e habitabilidade à cidade catalã. O lema de Cerdá era urbanizar o campo e ruralizar a cidade. Esta ideia também está presente no Manifesto Comunista, escrito por Marx, e publicado inicialmente em 1848.

Em relação à natureza na cidade, Cerdá, segundo Capel (2002), considerava que o jardim é tão necessário a cidade quanto à família ao homem, sendo um lugar indispensável na vida urbana, uma necessidade para todos. Para Cerdá, a natureza na cidade (principalmente as árvores) também tem a função de renovar o ar, cada vez mais poluído e carregado de doenças, sendo observada uma constante falta destes espaços nas áreas pobres e nos bairros de classe média de Barcelona.

Nos Estados Unidos, graças a George Marsh, assiste-se a um grande processo de valorização da natureza a partir do século XIX. São criados os Parques Nacionais (como o *Yosemite Valley*). Já os parques urbanos começam a ser esboçados em 1851, quando se inicia o plano para o *Central Park*, em Nova Iorque. Nos Estados Unidos é dada ênfase aos parques em estilo inglês, vinculado as ideias estadunidenses de liberdade e democracia, com forte valorização da natureza local, através do plantio de árvores do próprio lugar. Em Nova Iorque¹³⁸, a especulação imobiliária no entorno do parque também se apropria das referências à natureza, levando a super adensamento das áreas próximas.

Como as propagandas de empreendimentos imobiliários da atualidade (que serão analisadas no próximo capítulo), em 1866, no Plano de Riverside, Illinois (EUA), a Riverside Improvement Company já fazia menção a sofisticação da natureza na cidade. Como mostra Capel (2002), a propaganda de Riverside mostra o encanto refinado da beleza silvestre com paz e tranquilidade, positivamente pitoresco e que contrasta com os ângulos retos que caracterizam as cidades modernas¹³⁹.

Uma constatação do século XVIII, a mudança das formas prioritárias das relações sociais, deslocando-se da esfera coletiva para uma valorização do indivíduo, assenta-se efetivamente no século XIX sobre todos os aspectos da vida social.

Observa-se uma expansão dos jardins, praças e parques arborizados em várias cidades. Na maioria das cidades, que foram desenhadas e planejadas a partir das últimas décadas do século XIX, foram previstos espaços para jardins públicos nas áreas centrais, com o predomínio do estilo inglês. Estas novas cidades e estes novos espaços verdes estavam vinculados ao aumento da preocupação com o prático e o funcional. Além disto, aumenta o número de grupos sociais mais abastados, vivendo exclusivamente nas cidades, que assimilaram os gostos da aristocracia pelos jardins. A classe média, em formação, também se preocupará em manter seus jardins particulares nas residências menores.

De acordo com Capel (2002), o subjetivismo romântico alia-se, no século XIX, às necessidades da produção industrial em massa, considerando-se as necessidades do mercado, que passa a valorar os gostos individuais dos consumidores, um gosto que era diferenciado. Desde o século XIX já não basta o verde. A industrialização e a democratização demandam também novos espaços para o ócio. [...] Nos

jardins e parques começam a ser instalados elementos que logo seriam denominados “mobiliário urbano”¹⁴⁰ – bancos, quiosques, fontes, sanitários etc. Logo foi percebido que os parques eram um grande negócio: lugares de passeio e de diversão (zoológicos, brinquedos etc.)¹⁴¹.

AS FORMAS DO URBANISMO E A QUESTÃO DA NATUREZA NA CIDADE

A estruturação dos parques urbanos começa a ser um forte exemplo para o planejamento de todas as cidades. O objetivo era levar beleza às mesmas. Assim, no século XIX, o desenho dos jardins formais chega às cidades. Como exemplo, Capel (2002), cita o plano urbano de La Plata (Argentina).

O urbanismo “Beaux-Arts” é uma das correntes que irão procurar entender a cidade como jardim ou parque, criando espaços monumentais, praças, eixos viários, principais e secundários, com bosques. No centro desta cidade haveria um grande espaço equivalente ao palácio no jardim clássico. O desenho urbano vai assimilar a questão da simetria do jardim formal, elaborando uma hierarquização dos espaços da natureza na cidade através de uma geometria rígida.

Fundamentado nas questões higienistas e no urbanismo “Beaux Arts”, o plano de Belo Horizonte, no final século XIX, já previa um grande parque público verde na área central. Segundo Segawa (1996, p. 70), “a árvore se tornava um símbolo de civilidade, de cultura, de patriotismo”. Nesta direção, foram criados o Dia da Árvore, mais outros projetos de reflorestamentos (baseados no reflorestamento do maciço da Tijuca) e planos de arborização urbana.

O planejamento urbano difunde as ideias de clareza e espaços abertos do higienismo¹⁴², mas também retoma o rigor geométrico e a monumentalidade das formas. Nas cidades cresce os usos da topiaria, com o modelamento de arbustos em figuras geométricas simples, especialmente, retângulos, cones e esferas.

O número de habitantes nas casas também é reduzido, permitindo que seja liberado terreno no lote para a construção dos jardins, que antes de ser uma determinação estética era uma questão de posição social. Segundo Capel (2002) ter um jardim não era apenas um luxo nas casas da burguesia urbana, mas um indicador de *status*.

A associação cada vez maior entre casa e jardim e as experiências bem sucedidas em Londres, na área do *Regent's Park* (onde se tinha a ilusão de que o parque pertencia a cada casa) e Paris no entorno do *Bois de Boulogne*, com grande êxito financeiro, impulsionam o interesse pelas áreas verdes urbanas atreladas aos gran-

des empreendimentos imobiliários. A ampliação das áreas verdes nas cidades deuse, portanto, devido ao grande prestígio e valor que estas passaram a ter.

Na Inglaterra, o problema da salubridade das moradias populares se agrava. Com a ideia da higienização da natureza e sua função estética no embelezamento da cidade, começa a se desenvolver um projeto de aproximação definitiva entre a natureza e o plano urbano – as cidades-jardim. O desenho urbano respeitava a dimensão humana e evidenciava as ideias inglesas de natureza.

O *slogan* das cidades-jardim era: “Para cada família uma casa; em cada casa uma horta e um jardim”. O modelo das cidades-jardim foi desenvolvido por Ebenezer Howard (1850-1928), e se constituiu num novo modelo de organização urbana. Segundo Howard (1996), o homem deve desfrutar ao mesmo tempo a sociedade e as belezas da natureza.

O plano das cidades-jardim era um complexo modelo com forte relação entre a cidade e o campo. Na cidade-jardim, a natureza domesticada desempenharia o papel do campo, trazendo a tranquilidade e o ar puro necessário à vida urbana saudável. Foi projetada como núcleos urbanos com 30.000 habitantes na cidade e 2.000 no campo. As cidades-jardim seguiriam um modelo de cidade radiocêntrica. Estava planejada uma grande rede interna de infraestrutura e de comunicação com outras cidades. As cidades-jardim não seriam apenas o lugar da moradia, mas também previa a instalação industrial. A propriedade seria comunal e não privada.

Em 1900, foi fundada a primeira cidade-jardim – Letchworth (entre Londres e Cambridge), que só manteve parte da proposta morfológica, urbanística e dos jardins que existiam na proposta inicial. Esta cidade não materializou todas as propostas básicas da cidade-jardim de Howard (1996), de uma cidade orgânica em harmonia com a natureza – base da felicidade humana. A rica vegetação da cidade-jardim era composta por árvores frutíferas, flores e legumes.¹⁴³

As críticas ao modelo das cidades-jardim eram baseadas na rigidez do plano urbano não adaptado ao sítio; nas moradias quase idênticas; na distância entre a moradia e o local de trabalho, pois poucos postos de trabalho foram criados no entorno da cidade; na fraca relação social entre os moradores; na desvalorização dos espaços públicos, uma vez que, no espaço familiar já havia um jardim.

Na Alemanha, com o crescimento das cidades, há também um aumento da demanda por moradias, com a construção de blocos de moradias na periferia das cidades projetadas como cidades-jardim. Entretanto, há uma explosão demográfica da cidade planejada para um número pequeno de habitantes. Na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, os jardins foram transformados em hortas para a produção de alimentos, garantindo a subsistência das famílias (CAPEL, 2002).

Na Exposição Universal de Paris, em 1900, foi recomendado que toda cidade reservasse 15% de seu espaço total para a criação de jardins e parques. Posteriormente, os Congressos de Higiene Urbana, em Paris e Berlim, elaboraram textos visando à proteção da natureza na cidade como forma de garantia da vida saudável.

As propostas de intervenção urbana passam a contar com um aumento da participação do Estado no planejamento. Antes limitado a coadjuvante do capital privado, o Estado passa a elaborar regulamentações sobre moradia e edificações (principalmente a altura dos novos arranha-céus que se difundiam mundo afora a partir dos Estados Unidos) e infra-estrutura (herança higienista).

Em 1924, ocorre em Amsterdã o Congresso Internacional de Planejamento Urbano, cujo objetivo era o desenvolvimento de formas de organização das funções e do espaço urbano, através da elaboração de planos de expansão urbana e zoneamento das cidades (definição de áreas centrais, zona industrial, zona de lazer, zona residencial).

Na Europa, várias cidades passam por grandes alterações no período entre as Guerras Mundiais, tais como:

- rápido crescimento das cidades;
- desenvolvimento das indústrias - localização das áreas urbanas ou periferia das cidades;
- necessidade de organização das atividades urbanas e dotação de equipamentos urbanos em maior número e em maior velocidades;
- novos desenvolvimentos técnicos e científicos – aperfeiçoamento do telefone;
- comércio;
- revoluções no mundo das artes – cubismo, impressionismo, expressionismo;
- aumento da frota de veículos.

Em razão destas rápidas transformações, os trabalhos de Le Corbusier e as novas formas de urbanismo passam a defender uma interação cada vez maior entre a moradia, a oferta de serviços e o local de trabalho. O urbanismo racionalista começa a desenvolver blocos de moradias em bairros residenciais, com a utilização de novos materiais e novos elementos para construção rápida, como janelas pré-fabricadas e portas. As linhas de produção – fordismo e taylorismo – chegam com força total à cidade.

Como para Le Corbusier a cidade-jardim e a forma como a cidade estava sendo pensada, conduziria a um isolamento, ao individualismo e a paralisia da coletividade, buscava-se desenvolver um novo modo de planejamento, atrelando a cidade à natureza. Segundo Munford (1998), a ideia de Le Corbusier era a construção de uma Cidade-Jardim Vertical, a fim de liberar espaço para áreas verdes¹⁴⁴.

Mas não bastava apenas a presença da natureza na cidade, era preciso ordenar o aspecto caótico da natureza. As árvores, plantadas em parques e jardins, também teriam uma função subjetiva, ajudando a superar a individualidade egoísta e trazendo bem estar físico¹⁴⁵.

Para Le Corbusier (2000), tendo em vista a intensificação do trabalho, haveria uma maior exigência de calma e ar puro. Devido ao aumento da mancha urbana, conseqüentemente com a derrubada das árvores (pulmão da cidade), o urbanismo deveria possibilitar:

- a elaboração de medidas de conservação das áreas verdes nos centros da cidade e nas periferias;
- o aumento considerável da densidade de áreas verdes – chegando a 95% em algumas áreas;
- a verticalização dos centros para a liberação de espaço para áreas verdes;
- a construção de apartamentos com janelas afastadas das ruas, voltadas para parques extensos e possuindo amplas sacadas – para melhor circulação do ar e entrada da luz. Em tais sacadas (alvéolos) seriam criados grandes jardins internos.

Em 1933, Le Corbusier sintetiza na famosa Carta de Atenas, os resultados do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, cujos princípios norteadores eram:

- a busca de garantias de salubridade, de áreas verdes, de sol e ar puro, de contato com a natureza como forma de recuperação das forças gastas no trabalho;
- uma cidade planejada não apenas na escala local mas também regional, nacional e internacional;
- a necessidade de conservação destas áreas, uma vez que, o aumento das áreas urbanas sempre ocorre em detrimento das áreas verdes;

- a retomada das questões coletivas sobre as individuais – do público sobre o privado;
- a abundâncias de áreas verdes e construção vertical numa área mínima do terreno.

Entretanto, as novas estruturas familiares, cada vez menores, e a super valorização do indivíduo acaba por implodir os ideais de Le Corbusier. No Pós Guerra, alguns pontos elaborados por Le Corbusier, são observados na construção de conjuntos residenciais nas cidades novas.

Mas o que se constata é a deterioração das áreas verdes. O abandono e a falta de manutenção fazem com que estes espaços sejam visto pelos moradores, como sinônimo de lugares perigosos e violentos. A natureza na cidade sem controle e sem manutenção retoma a sua imagem de perigo e o seu aspecto hostil. O jardim bem cuidado acaba por se transformar em mato.

Desenvolvem-se também formas de um urbanismo naturalista, cuja maior expressão foi o americano Frank Lloyd Wright. Para Wright (*apud* CHOAY, 1992, p. 30), “a grande cidade industrial é acusada de alienar o indivíduo no artifício. Só o contato com a natureza pode devolver o homem a si mesmo e permitir um harmônico desenvolvimento das pessoas como totalidade”.

Infelizmente, mesmo com todas as utopias do urbanismo moderno, a cidade e a natureza passam a ser, segundo Rodrigues (2001, p. 213), “medidas e mediadas pelo valor de troca, incessantemente alterado no processo indissolúvel” e a volta do verde à cidade é uma forma de apropriação da natureza como propriedade privada.

A natureza na cidade é uma necessidade, que infelizmente foi engolida e propagada pelas possibilidades de consumo da moradia. As necessidades estão sendo criadas de acordo com a renda do comprador dos imóveis. Assim, a natureza na cidade torna-se uma mercadoria para poucos consumidores, escolhida em função do aumento do valor de troca dos empreendedores imobiliários. Para os agentes do mercado imobiliário, a natureza na cidade não é uma necessidade coletiva, e a exclusão é exercida a serviço da acumulação.

NOTAS

¹¹⁶ Carvalho (2003, p. 10), escreve que “na cidade, ambiente artificial por excelência, onde a natureza quase que só está presente sob a forma antrópica, as características naturais do sítio sobre o qual se estabeleceu só são lembradas para a explicação da gênese dos problemas ambientais urbanos.”

¹¹⁷ Para Saldanha (1993, p. 63-64), a natureza na cidade, em jardins ou praças, “veio representando uma gradativa diminuição do papel (ou da presença) da natureza: aqui o termo natureza é usado no seu sentido mais concreto, incluindo animais e arbustos, embora sem excluir a relação com um significado mais profundo. E parece que este gradual cancelamento da natureza, em seus componentes mais concretos, se faz mais perceptível, senão mais ostensivo, no caso da praça. Ou seja, nas representações da dimensão pública, inclusive nas ligadas ao poder: edificações, ornamentação, linguagem de símbolos.”

¹¹⁸ Vale lembrar a origem da palavra “jardim” (jardin, garten, garden), segundo Capel (2002), vem do germânico *gard*, que significa ‘cerca’ ou ‘paliçada’.

¹¹⁹ Cabe destacar que o traçado reto do plano urbano representava a vontade de conquista e dominação do sítio. Sobre as linhas retas e curvas na cidade, escreve Le Corbusier (2000, p. 6-7), que “o homem caminha em linha reta porque tem um objetivo; sabe aonde vai. Decidiu ir a algum lugar e caminha em linha reta. A mula ziguezagueia, vagueia um pouco, cabeça oca e distraída, ziguezagueia para evitar grandes pedregulhos, para se esquivar dos barrancos, para buscar a sombra; empenha-se o menos possível. O homem rege seu sentimento pela razão; refreia os sentimentos e os instintos em proveito do objetivo que tem. Domina o animal com a inteligência. Sua inteligência constrói regras que são o efeito da experiência. A experiência nasce do labor; o homem trabalha para não perecer. Para produzir é preciso uma linha de conduta; é preciso obedecer às regras da experiência. É preciso pensar antes no resultado. A mula não pensa em absolutamente nada, senão em ser inteiramente des preocupada.”

¹²⁰ “El jardín se convierte en una construcción en donde la arquitectura supera la naturaleza” (CAPEL, 2002, p. 232). “En el jardín domina lo agradable sobre lo útil.” Capel (op.cit., p. 246).

¹²¹ Capel (2002).

¹²² Além destas particularidades, nascidas junto com as cidades brasileiras, outras especificidades se apresentam. Outra grande distinção diz respeito à diferenciação entre o jardim (a mais comum representação da natureza nas cidades européias) e a praça – a materialização da natureza nas cidades do Brasil. Desta forma, a proximidade com a natureza e o caráter público ou privado do espaço – praça ou jardim – são importantes elementos usados para esta diferenciação. Segundo Saldanha (1993, p. 37), “sem dúvida o jardim concentra e registra a privacidade retendo uma porção da natureza, enquanto que a praça vem a ser um espaço aberto na natureza, senão contra ela. Um espaço muitas vezes tido como sagrado (morada de um deus, com seu templo), quase como um modo de compensar a violência, ou a violentação, que o origina. Na verdade, o jardim também é cultural, e o que se tem são dois modos de ser das relações entre o homem e o mundo.” Continua o autor (op.cit., p. 63), “o advento da praça corresponde, mais do que ocorre com o jardim, a uma eliminação da natureza. Ou antes a um corte, uma abertura nos espaços naturais, feita na verdade pelo próprio fenômeno da cidade, que se instaura como um outro tipo de espaço dentro dos espaços físicos disponíveis no vale ou na montanha. O jardim reformula a natureza, operando uma redução ou uma seleção quanto às espécies vegetais e ao seu arranjo, em convívio com canteiros, muros, colunas, estátuas [...]; o jardim a reformula, defendendo-a como ao próprio sentido de privacidade que nele se recolhe. A praça, parâmetro das ousadas coordenadas urbanas, se recorta como um outro espaço, não natural, onde o que há de árvores e de flores é expletivo e complementar, embora às vezes pareça esteticamente essencial.”

¹²³ Como escreve Segawa (1996), as cidades espanholas da América repetiam os modelos dos ejidos (campos verdes) e alamedas (ruas arborizadas) – com uma significação estética. Já as cidades portuguesas desenvolviam os rossios (hortas), cuja finalidade era, principalmente, a produção de alimentos.

¹²⁴ Esta ideia de Holanda (1969) sobre a inexistência de uma racionalidade na construção das cidades pelos portugueses foi debatida por Nestor Goulart Reis Filho, pois a adaptação do plano urbano ao sítio pode ser considerada uma forma de ocupação pensada e racional. Além disto, a própria escolha dos sítios em acrópole evidenciam um planejamento da ocupação em função dos aspectos de segurança e proteção contras invasões e ataques.

¹²⁵ Inicia-se os processo de valorização das plantas na cidade ou no seu entorno. Criam-se espaços de coleção de espécies, primeiramente os jardins reais – símbolos do poder e do conhecimento de um reino. Como exemplo, cita-se os Jardins Reais da França, posteriormente comandados por Buffon, hoje ‘*Jardin de Plantes*’, localizando numa área densamente povoada próxima ao centro de Paris. Sobre esta ideologia do melhoramento visível na natureza no século XVII, escreve Willians (1989 apud SEGAWA, 1996), “que agora que o homem produzia sua própria natureza por meios físicos de melhoramento (terraplanagem com novas máquinas, drenagem e irrigação, bombeamento de água para locais elevados), quer pela compreensão das leis físicas da luz e das perspectivas e pontos de vista artificiais, fatalmente teria de modificar-se a decoração, de um simbolismo e iconografia limitados e convencionais, da terra imediatamente visível.”

¹²⁶ “consagran el triunfo del arte y del artificio sobre la naturaleza”. (p. 236)

¹²⁷ “Diseñando y construyendo jardines los arquitectos se fueron atreviendo a moldear y transformar la naturaleza de forma cada vez más osada. [...] Así se hace en los jardines barrocos, en los que se corrige y “hermosea la naturaleza y en la que usando la geometría, se la rectifica para producir efectos sorprendentes.” (CAPEL, 2002, p. 254)

¹²⁸ “Así se crea el modelo del jardín a la francesa, donde la naturaleza está totalmente sometida a la voluntad del hombre. El mensaje de que la naturaleza ha sido subyugada por el arte es explícitamente expresado a través del diseño de jardines en donde la remoción de tierras, las obras hidráulicas, el desafío al clima a través de orangeries e invernaderos y otros trabajos muestran de forma eminente el poder del hombre. Es la culminación de dos siglos de evolución.” (p. 255)

¹²⁹ O individualismo e a ostentação de riqueza e poder tomam definitivamente posição de destaque nos jardins. Como fala Munford (1998, p. 377), no século XVII o “pior de todos os pecados, é o pecado do orgulho, que tornou-se símbolo dos novos líderes da sociedade, tanto no escritório de contabilidade como no campo de batalha. Produzir riqueza, tomar e aumentar o poder, tornaram-se imperativos universais; tinham sido desde muito tempo praticados, mas agora abertamente admitidos, como principais orientadores de uma sociedade inteira”.

¹³⁰ “El juego de la autoidentificación, como individuo y como miembro de la sociedad, actúa como un imán para esta exhibición”. (RABREAU, 1991 citado por CAPEL, 2002, p. 250)

¹³¹ As ideias desenvolvidas nos planos de reforma urbana da região do Champs Elysées de Paris repercutiram de tal maneira no imaginário urbano que grande parte das cidades brasileiras, num período posterior buscaram criar seus “Campos Elíseos”.

¹³² Segundo Segawa (1996, p. 49), o jardim “torna-se um monumento ao verde – espaço ao culto e ao repositório de significados da natureza idealizada pelo ser humano.” No âmbito do planejamento urbano, o jardim inglês possui um desenho que libera a natureza dos limites impostos no jardim formal.

¹³³ Segundo Capel (2002), um “park” era um pedaço do terreno com um bosque fechado, para as criações de animais.

¹³⁴ Sobre as intervenções higienistas na cidade ver Benjamin Ward Richardson (*Hygeia: A City of Health*, 1876), cujas principais ideias, segundo Choay (1992) eram:

- menor mortalidade possível nas cidades;
- aumento das áreas verdes e jardim nas cidades como forma de terapia e também como áreas de lazer.

¹³⁵ Segundo Munford (1998, p. 461), “a cidade, desde o princípio do século XIX, foi tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada, a ser afeiçoada de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subirem ainda mais os valores dos terrenos”.

¹³⁶ A moradia dos trabalhadores é constantemente comparada “com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação (‘a metade dos operários do Strand já estão obrigados a caminhar duas milhas para chegar ao trabalho’, constata Marx), os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções ‘para o maior número.’” (CHOAY, 1992, p. 06)

Sobre este tema também deve ser mencionado o texto de Engels sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra.

¹³⁷ Capel (2002).

¹³⁸ Segundo Munford (1998, p. 463-464), “o desejo de utilizar todos os metros quadrados de espaço alugável dominava o proprietário, mesmo quando a construção era para seu uso privado e não se destinava à simples especulação pecuniária. Em muitas cidades, durante o século XIX, isso reduziu o quintal dos fundos a uma área para secar roupas, e esta, por sua vez, foi reduzida em espaço, a tal ponto que muitas caras residências da Quinta Avenida, em Nova Iorque, eram construídas quase costas contra costas, como qualquer asilo de classe inferior, e não tinham nem perspectiva, nem ventilação. Mais uma vez, a empresa capitalista, hipnotizada pela sua própria preocupação com os ganhos, ultrapassava a si mesma, pois um plano congestionado não traz necessariamente o máximo de retorno imediato, nem tem probabilidade de permanecer bastante válido ou atraente para assegurar uma exploração lucrativa durante um longo período de anos.”

¹³⁹ Sobre a especulação imobiliária atrelada à natureza na cidade brasileira, pode ser citado o caso de Porto Alegre, no final do século XIX e começo do XX, com a criação do Campo da Redenção, seu ajardinamento e loteamento do entorno. Segundo Segawa (1996, p. 218), “aproveitamento de áreas tradicionalmente tidas como inúteis ou de árduo aproveitamento sobre várzeas, charnecas, terrenos de altimetrias complicadas. Era a conquista da terra firme, aterros que cresciam à vizinhança urbana horizontes de expansão, enterrando miasmas e cobrindo superfícies infectas com um simulacro saudável de natureza. Terrenos outrora sem préstimo, os quais, mediante intervenções patrocinadas pelo poder público – nem sempre adequadamente amparado com recursos para iniciativas dessa escala [diferente da Europa e dos EUA onde a intervenção no jardim era privada] (e sempre oficial, qualquer que seja a instância: autoridade colonial, provincial, municipal) – transformam-se em áreas valorizadas e vizinhanças valorizadas.”

¹⁴⁰ “Desde el siglo XIX ya no basta el verde: la industrialización y la democratización han hecho necesarios también nuevos espacios para el ocio. [...] En los jardines y parques donde comienza a instalarse elementos que luego serían denominados ‘mobiliario urbano’”. (CAPEL, 2002, p. 318)

¹⁴¹ Sobre os jardins zoológicos, escreve Munford (1998, p. 413-414) que “tinha-se aí uma nova contribuição à cidade: um lembrete daquele estado indômito que o homem urbano muito facilmente esquece, na ilusão de que conquistou com êxito a natureza. As atitudes divertidas do macaco, a imperturbabilidade do hipopótamo, os movimentos ágeis e alegres das focas – todos estes exemplos da inexaurível criatividade da natureza, se não puseram o morador da cidade em contato com ela, pelo menos tiveram um efeito relaxante sobre o ultra-restringido ego urbano. [...] Até mesmo sovadas relí-

quias barrocas tais como o urso dançarino ou o macaco do tocador de realejo serviam muitas vezes para dar um toque de graça animal às tristes sarjetas da rua do século XIX”.

¹⁴² Os ideais higienistas e o medo das populações mais abastadas do Rio fizeram com que a população do centro da cidade (infestado de doenças e cortiços) e graças à facilidade do transporte, transferissem-se para Santa Tereza, em busca das terras altas com melhores climas e salubridade, conforme explica Abreu (1992). As árvores seriam peças fundamentais para manter a salubridade das cidades – eliminação dos “tóxicos pulmonares”. Começam a proliferar a criação de jardins nos centros das cidades. Em 1880, são criados os Campos de Sant’Ana e a Praça da Aclamação, no Rio de Janeiro.

¹⁴³ No Brasil, alguns bairros da cidade de São Paulo, como o Pacaembu, Jardim Europa, Jardim América e Jardim Paulista foram planejados como cidades-jardim. Atualmente, nestes bairros de São Paulo, onde a natureza era abundante, a violência urbana e o medo coletivo fazem com que se proliferem altos muros e complexos sistemas de segurança. A pressão sobre os preços dos terrenos e das moradias também provoca profundas mudanças nas funções antigas destes bairros, com muitas residências sendo convertidas em clínicas médicas e lojas sofisticadas.

¹⁴⁴ Em uma fachada de um prédio, Le Corbusier (2000) apresenta uma estrutura intercalada com grandes alvéolos vazados entre os andares cujo objetivo era facilitar a penetração da luminosidade solar, a circulação do ar possibilitando a presença de um jardim suspenso em cada sacada. Em 2004, na cidade de São Paulo, um edifício de alto padrão foi lançado seguindo esta proposta de Le Corbusier, entretanto, ao invés de vários alvéolos o projeto previa apenas um.

¹⁴⁵ Segundo Le Corbusier (2000, p. 71), “pode caber ao novo espírito de arquitetura, ao urbanismo iminente, satisfazer às mais remotas necessidades humanas, reverdecendo a paisagem urbana e mesclando ao nosso labor a natureza [aforismo turco: onde construímos, plantamos árvores. Em nosso país, nós os arrancamos. Istambul é um pomar, nossas cidades são pedregais].” (p. 71) Segundo Choay (1992, p. 191), “a natureza é de novo levada em consideração. A cidade, ao invés de tornar-se um pedregal impiedoso, é concebida como um grande parque. A aglomeração urbana é tratada como uma cidade verde. Sol, espaço, zonas verdes. Os imóveis surgem na cidade por trás do rendado de árvores. Está assinado o pacto com a natureza”.